

TEXTO INTEGRAL

Doutrina

1. Prisão em Segunda Instância *Versus* Justiça como Liberdade e a Garantia Máxima da Personalidade pela Presunção da Inocência
Marcelo Negri Soares, Maurício Ávila Prazak e Patrícia Jorge da Cunha Viana Dantas... 5
2. A Constitucionalidade do Confisco Alargado e da Ação de Extinção de Domínio
Silvio Luís Ferreira da Rocha e Daniela Marinho Morganti 26
3. Femicídio: Fundamento da Pena Qualificada
Flavio Rodrigues Calil Daher e Roberta Cordeiro de Melo Magalhães..... 36
4. Reflexões sobre o Regime Inicial de Cumprimento de Pena
Gustavo Octaviano Diniz Junqueira e Oswaldo Henrique Duek Marques 52
5. Criminalização Objetiva do Inadimplemento Tributário: Abordagem Dogmática Penal
Thiago Buschinelli Sorrentino e Cesar Luiz de Oliveira Janoti..... 64
6. Análise Crítica da Inserção de Norma Penal Incriminadora, no Ordenamento Jurídico Brasileiro, por Ato Internacional: o Exemplo da Convenção de Palermo e a Figura da Organização Criminosa
Gustavo Britta Scandelari..... 81
7. A Teoria Geral do Crime na Encruzilhada
Orlando Faccini Neto 97
8. Comentários à Nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019)
Alneir Fernando S. Maia..... 116

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Sonegação Fiscal. Responsabilidade Penal Subjetiva. Art. 1º, I a IV, da Lei nº 8.137/90. Condição de Contribuinte. Prescindibilidade. A Responsabilidade Penal É Subjetiva e Independente da Tributária
Rel. Min. Marco Aurélio 122
2. Superior Tribunal de Justiça – Homicídio Qualificado. Ocultação de Cadáver. Fraude Processual. Conexão. Art. 366 do CPP. Produção Antecipada de Provas. Urgência da Medida Não Demonstrada. Constrangimento Ilegal. Nulidade
Rel. Min. Rogério Schietti Cruz 126
3. Superior Tribunal de Justiça – Femicídio. Prisão Preventiva. Garantia da Ordem Pública. Gravidade Concreta. *Modus Operandi*. Femicídio Premeditado. Motivo Fútil. Ameaças a Parentes das Vítimas
Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro..... 131

4. Superior Tribunal de Justiça – Denúncia. Organização Criminosa e Fraude à Licitação. Atipicidade da Conduta. Nulidade da Decisão que Recebeu a Denúncia. Desnecessidade de Motivação Extensa do Ato que Acolhe a Inicial. Inocorrência de Ilegalidade <i>Rel. Min. Ribeiro Dantas</i>	137
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Descaminho. Natureza Formal. Desnecessidade de Constituição Definitiva do Crédito Tributário. Índícios de Autoria e Materialidade. Recebimento da Denúncia <i>Relª Desª Fed. Simone Schreiber</i>	146
6. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Receptação. Art. 180, <i>Caput</i> , do CP. Ausentes os Pressupostos da Prisão Preventiva. Fiança Afastada. Substituição por Medidas Cautelares Diversas. Ratificação da Liminar <i>Rel. Des. Rogério Gesta Leal</i>	152
7. Tribunal de Justiça de São Paulo – Violência Doméstica. Lesão Corporal Leve. Pena-Base Fixada no Mínimo Legal a Míngua de Maus Antecedentes. Regime Aberto e Suspensão Condicional da Pena. Afastada a Prestação de Serviços à Comunidade como Condição Obrigatória ao <i>Sursis</i> <i>Rel. Des. Cesar Augusto Andrade de Castro</i>	156
8. Divergência Jurisprudencial.....	161
9. Ementário.....	162
Sinopse Legislativa.....	189
Destaques dos Volumes Anteriores.....	190
Índice Alfabético-Remissivo	191